

DIRETORIA DE POLITICAS PENITENCIARIAS

Estudo Técnico Preliminar 5/2025**1. Informações Básicas**

Número do processo: 08016.026610/2024-51

2. Descrição da necessidade

A aquisição de ambulâncias para doação aos Estados, e disponibilização de Ata por meio da Coordenação Geral de Cidadania e Alternativas Penais (CGCAP/SENAPPEN), em articulação com a Coordenação de Saúde, com o objetivo de fortalecer o atendimento médico e emergencial no Sistema Prisional, fortalecendo a humanização da execução penal e a ampliação da estrutura de suporte à saúde no sistema penitenciário.

A doação das ambulâncias será conduzida pela Coordenação de Saúde, que atuará na distribuição dos veículos aos Estados conforme a necessidade de cada unidade prisional. Essa medida está alinhada com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade - PNAISP, principal alvo das ações da SENAPPEN, por meio da Coordenação Nacional de Saúde, nos termos do Art. 42 da Portaria 199 de 9 de novembro de 2018 - Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional:

Art. 42. À Coordenação de Saúde compete:

I - coordenar ações, planos, projetos e programas que visem à prestação de assistência integral à saúde das pessoas privadas de liberdade e em cumprimento de alternativas penais;

II - apoiar os Estados, o Distrito Federal e Municípios na implementação e o acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP;

III - promover e acompanhar ações de saúde mental das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

IV - promover e acompanhar ações de assistência farmacêutica das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

V - promover e acompanhar as ações do Plano Nacional de Imunização das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

VI - promover e acompanhar o acesso ao Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde - SUS das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

VII - apoiar financeiramente o aparelhamento de unidades básicas de saúde e centros de referência à saúde materno-infantil em estabelecimentos prisionais e unidades móveis de atenção à saúde;

VIII - analisar o mérito das propostas, inclusive os pedidos de alteração dos projetos apresentados por Estados, Distrito Federal e Municípios e entidades privadas, voltados à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

IX - apoiar a Coordenação Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse no acompanhamento do cumprimento do objeto dos instrumentos de repasse voltados à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

X - monitorar a implementação de projetos voltados à saúde, assegurando o alinhamento com as diretrizes no tema das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais; e

XI - analisar os dados quantitativos e qualitativos referente às ações temáticas de competência da Coordenação, publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional.

A aquisição de ambulâncias para o sistema penitenciário brasileiro é uma medida de extrema importância que se justifica por diversos motivos fundamentais.

1. **Garantia do direito à saúde dos detentos:** O sistema penitenciário tem a responsabilidade de assegurar a integridade física e psicológica dos presos, o que inclui o acesso a cuidados médicos adequados. A aquisição de ambulâncias do tipo B permitirá que os detentos recebam atendimento médico rápido e eficaz em casos de emergência, garantindo o cumprimento do direito fundamental à saúde.
2. **Prevenção de mortes e complicações de saúde:** Muitas vezes, os presos apresentam condições médicas crônicas ou agudas que podem se agravar rapidamente se não forem tratadas a tempo. Ter ambulâncias disponíveis dentro das unidades prisionais reduzirá o risco de óbitos e complicações de saúde que poderiam ser evitados com um atendimento médico imediato.
3. **Maior agilidade no atendimento:** As ambulâncias do tipo B são equipadas com os recursos necessários para oferecer atendimento médico emergencial, incluindo equipamentos de suporte à vida. Ter essas ambulâncias à disposição dentro das prisões garantirá uma resposta mais rápida a situações de emergência, reduzindo o tempo de espera pelo atendimento médico adequado.
4. **Melhoria das condições de trabalho dos profissionais de saúde:** A presença de ambulâncias do tipo B nas unidades prisionais permitirá que os profissionais de saúde que atuam no sistema penitenciário desempenhem suas funções de forma mais eficaz e segura. Isso contribuirá para um ambiente de trabalho mais seguro e adequado.
5. **Fortalecimento da segurança nas prisões:** A presença de ambulâncias do tipo B pode contribuir para a redução da tensão nas unidades prisionais, pois os detentos perceberão que têm acesso a atendimento médico adequado em caso de necessidade. Isso pode contribuir para a diminuição de conflitos e incidentes dentro das prisões.

Importa destacar que as especificações desejáveis a aquisição em tela se balizará pela portaria nº 2048, de 05 de novembro de 2002, especificamente quanto diretrizes voltadas a veículo ambulância TIPO B, com dimensões e outras especificações do veículo terrestre deverão obedecer às normas da ABNT – NBR 14561/2000, de julho de 2000, no que for aplicável.

O registro de preços em apreço visa atender demanda oriunda da Diretoria de Políticas Penitenciárias (DIRPP), para levantamento minucioso acerca das carências estruturais relativas à aquisição de ambulâncias e equipamentos de saúde, considerando-se, para tanto, as demandas operacionais e as particularidades das unidades prisionais, com especial atenção aos complexos de maior envergadura, objetivando subsidiar tecnicamente a avaliação de viabilidade do atendimento a tais pleitos.

A CONSA elaborou a Minuta de Ofício Circular nº 29966810/2024/COS/CGCAP/DIRPP/SENAPPEN/MJ (29966810), posteriormente formalizada como Ofício Circular nº 112/2024/DIRPP/SENAPPEN/MJ (29971638), por meio do qual foram requisitadas, as Unidades Federativas, informações detalhadas sobre a temática ora tratada.

Por conseguinte, à luz dos dados consolidados constantes no documento intitulado “Compilação de Levantamento das Necessidades – AMBU” (30196405), integrante do processo nº 08016.026610/2024-51, constata-se o recebimento das respostas fornecidas pelos Estados, compiladas abaixo:

Documento para levantamento da demanda existente	Ente Federativo	Quantidade de Veículos do tipo ambulância solicitado pelo estado	Documento resposta
	AC	0	Sem resposta
	AL	0	Sem resposta
	AM	15	30133059
	AP	3	30074629
	BA	32	30133086
	CE	0	Sem resposta
	DF	2	30139021

Ofício Circular 112 (29971638)

E-mail 29973968

E-mail 29976703

E-mail 31143772

ES	23	30138860
GO	0	Sem resposta
MA	13	30119896
MG	152	30072217
MS	0	30142231
MT	0	Sem resposta
PA	40	30133244
PB	5	30132981
PE	27	30018657
PI	17	30107037
PR	19	30119737
RJ	0	Sem resposta
RN	0	Sem resposta
RO	1	30096169
RR	4	30110160
RS	0	30183038
SC	16	30096094
SE	2	30103155
SP	176	30133031

	TO	15	30172138
	Total	562	

O levantamento considerou o lapso temporal decorrido entre 02/12/2024 à 27/03/2025, data do último envio de ofício de levantamento de demanda aos estados com pendência de resposta. Dos 27 entes federativos, 20 apresentaram respostas, conforme tabela acima detalhada.

Os estados com apresentação de maiores demandas foram São Paulo, Minas Gerais e Pará, conforme destaques abaixo:



Ato contínuo ao levantamento supracitado, a demanda foi submetida a apreciação da Diretoria do Sistema Penitenciário Federal, após sugestão CGAIT emitida por meio do despacho nº 717/2025/CGAIT/DIRPP/SENAPPEN(31704212) visando verificar interesse na aquisição do objeto deste ETP para as Unidades Penitenciárias Federais. As manifestações positivas de de interesse tramitaram no autos do SEI 08016.026610/2024-51, sendo compiladas e encaminhadas a CONSA por meio dos despachos DIRPP (31875930) e CGCAP(319298520), onde se comprovou a necessidade de 05 ambulâncias e sugestão para acréscimo de 01 monitor multiparâmetro ao kit de equipamentos:

Penitenciária Federal	Necessidade de Ambulância /Quantidade	KIT APH
PFMOS	Sim/Uma	kit de equipamentos destinados ao veículo e 01 (um) monitor multiparâmetro para aferição de sinais vitais com tela de 14" para casos graves.
PFCAT	Sim/Uma	kit de equipamentos destinados ao veículo e 01 (um) monitor multiparâmetro para aferição de sinais vitais com tela de 14" para casos graves.
PFCG	Sim/Uma	kit de equipamentos destinados ao veículo e 01 (um) monitor multiparâmetro para aferição de sinais vitais com tela de 14" para casos graves.
PFBRA	Sim/Uma	kit de equipamentos destinados ao veículo e 01 (um) monitor multiparâmetro para aferição de sinais vitais com tela de 14" para casos graves.
PFPV	Sim/Uma	kit de equipamentos destinados ao veículo e 01 (um) monitor multiparâmetro para aferição de sinais vitais com tela de 14" para casos graves.

Em alinhamentos prévios, CGCAP/DIRPP, concluiu-se pela aquisição de 50 unidades de veículos tipo ambulância, conforme DFD 58 /2025, em contraponto ao quantitativo apontado no levantamento de demanda intitulado “Compilação de Levantamento das Necessidades – AMBU” (30196405), integrante do processo nº 08016.026610/2024-51. Importa destacar que os apontamentos realizados pelos entes federativos não se respaldam em estudos técnicos, de maneira que refletem frequentemente dados superestimados. Ademais, há o fato de estados sem apresentação de respostas, que não reflete necessariamente a ausência de necessidade de recebimento do bem. Acrescemos a esta previsão, 05 unidades dedicadas ao atendimento das necessidades das Penitenciárias Federais, resultando no cômputo de 55 unidades de veículos tipo ambulância. Nestes termos, proposta de distribuição do quantitativo previsto será descrito no item **"Estimativa das Quantidade a serem Contratadas"**.

A aquisição pretende a realização de Ata de Registro de Preços para propiciar a oportunidade de adesão por parte dos Estados, utilizando recursos próprios, bem como aquisições futuras demandas da própria SENAPPEN, quando oportunizado o orçamento para este feito.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Coordenação Nacional de Saúde - CONSA/CGCAP/DIRPP	Kleber Carlos Moraes
Coordenação Geral de Cidadania e Alternativas Penais - CGCAP	Cintia Rangel Assumpção

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

O emplacamento e licenciamento do automóvel deverão ser realizados pela CONTRATADA, como primeiro registro e como veículo oficial, em nome da SENAPPEN, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos, a contar do recebimento definitivo. Em caso de veículos doados a outro ente público pela SENAPPEN, o emplacamento, se possível, deverá ser realizado diretamente em nome do DONATÁRIO. Excepcionalmente será permitido emplacamento prévio em nome da SENAPPEN para futura transferência ao Ente recebedor. Em todos os casos, todos os custos de emplacamento, licenciamento e despachante serão por conta da CONTRATADA.

A entrega dos veículos será realizada em Brasília - DF, ou na sede da transformadora, a critério da CONTRATADA.

A CONTRATADA deverá, para providenciar o emplacamento e licenciamento do automóvel, solicitar ao Estado Donatário procuração e demais documentos necessário após inspeção de conformidade do recebimento definitivo, onde o Estado Donatário, para fins de recebimento do veículo, se obriga a entregar toda a documentação.

PRAZO DE GARANTIA:

O prazo de garantia contratual dos bens e seus componentes será de, no mínimo:

- 12 (doze) meses ou 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro, para o motor e câmbio veículo ('AMBULÂNCIA TIPO B');
- 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, para os equipamentos adicionais e acessórios exigidos pela Senappen (exemplo: ar condicionado não original, etc.) e para o sistema de sinalização acústica e visual, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, o que possuir maior duração e nas condições que forem mais vantajosas para a Contratante;
- 12 (doze) meses para a pintura e carroceria do veículo (defeitos de fabricação), incluindo o grafismo padrão exigido pela Senappen;
- 12 (doze) meses ou 100.000 km rodados, o que ocorrer primeiro, para as demais peças do veículo, incluindo as peças de acabamento, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, o que possuir maior duração e nas condições que forem mais vantajosas para a Contratante.

é de, no mínimo, de 12 meses ou 100.000 km (o que ocorrer primeiro), ou garantia superior (caso a garantia original seja mais benéfica) e de 1 ano para o implemento e seus componentes, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

Os veículos devem obedecer as especificações e os anexos descritos no item "Descrição da Solução como um todo", com kit mobiliário e equipamentos especificados.

CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

O Plano de Logística Sustentável da SENAPPEN 2023-2027.

Conforme o GUIA NACIONAL DE CONTRATAÇÕES SUSTENTÁVEIS, só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de emissão de poluentes provenientes do escapamento fixados no âmbito do Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores – PROCONVE, conforme Resolução CONAMA nº 18, de 06/05/1986, Resolução CONAMA 490, de 16 de novembro de 2018 e Resolução CONAMA 492, de 20 de dezembro de 2018, complementações e alterações supervenientes.

GARANTIA DA COMPETITIVIDADE NAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

As especificações técnicas detalhadas para os veículos e equipamentos, conforme apresentadas na Seção 6 deste ETP e no Termo de Referência, foram cuidadosamente formuladas com o objetivo de não restringir a competitividade do certame.

As exigências foram fundamentadas nas normas técnicas pertinentes (ABNT – NBR 14561/2000, Portaria nº 2048/2002 do Ministério da Saúde) e nas necessidades operacionais e funcionais intrínsecas ao transporte de pessoas privadas de liberdade, visando a segurança, a eficácia e a humanização do atendimento.

O levantamento de mercado (item 5) corrobora a existência de múltiplos fornecedores e transformadores capazes de atender a tais requisitos, assegurando um ambiente de concorrência saudável e sem direcionamentos indevidos. Toda especificação foi justificada pela sua imprescindibilidade para o atendimento do interesse público, conforme o entendimento do Acórdão TCU 1065/2024 - Plenário

CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DEFINITIVO E LIQUIDAÇÃO DA DESPESA

A contratação de **AMBULÂNCIAS TIPO B** representa uma aquisição de alta complexidade e criticidade, intrínseca ao seu caráter de bem essencial para o atendimento de necessidades de saúde e segurança no sistema penitenciário. O objeto envolve um veículo base adaptado, bem como um extenso kit de equipamentos de atendimento pré-hospitalar (APH) e monitoramento multiparâmetro, cada qual sujeito a rigorosas normas técnicas e requisitos de funcionamento específicos.

A verificação de conformidade de todos esses elementos não se limita a uma mera checagem documental ou física superficial. Ela abrange a necessidade de **diligências técnicas aprofundadas**, tais como:

- **Testes de Funcionamento dos Equipamentos Médicos:** Verificação individual e integrada de todos os componentes do KIT APH, desfibrilador, monitor multiparâmetro, glicosímetro, termômetro, oxímetro de pulso, entre outros, para garantir sua plena funcionalidade e calibração.
- **Validação de Sistemas Integrados:** Testes de sistemas de sinalização visual e acústica, rádio transceptor, câmeras de vídeo monitoramento, ar condicionado específico, etc.
- **Conformidade Normativa:** Análise rigorosa da aderência a padrões e regulamentações técnicas (ex.: ABNT NBR 14561, PROCONVE, CONAMA) e sanitárias (ex.: ANVISA, quando aplicável), essenciais para a segurança e uso legal do veículo.

Tais diligências são indispensáveis para a aferição do atendimento das exigências contratuais, a garantia da segurança dos usuários (profissionais e pessoas privadas de liberdade), a eficiência da finalidade pública e a plena utilização dos recursos investidos. Operacionalmente, a execução satisfatória de todas essas etapas é inviável em prazos exíguos sem comprometer a qualidade e o controle.

Dessa forma, e em conformidade com o **Art. 7º, § 3º, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022**, que permite a prorrogação do prazo de liquidação (o qual, por interpretação integrada, abrange também as etapas de recebimento definitivo) por "igual período" quando houver necessidade de diligências para aferição do atendimento das exigências contratuais, justifica-se que o prazo para as providências de recebimento definitivo e liquidação da despesa seja estabelecido em **até 20 (vinte) dias úteis**, contados a partir do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente. Este período é o mínimo considerado necessário para assegurar uma avaliação técnica rigorosa e a segurança jurídica da aquisição, mitigando riscos de recebimento de bens não conformes e prejuízos ao interesse público.

ABRANGÊNCIA DA REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A aquisição das 55 ambulâncias tipo B, detalhada neste ETP e no Termo de Referência, destina-se à doação e operação em diversas Unidades Federativas e Penitenciárias Federais em **todas as regiões do Brasil** (Norte, Nordeste, Sudeste, Sul e Centro-Oeste), conforme detalhamento do item 7 deste ETP.

A natureza altamente crítica e especializada desses veículos, que são essenciais para o transporte de pessoas privadas de liberdade em situações de emergência médica, exige a garantia de uma **manutenção preventiva e corretiva ágil, eficaz e com ampla capilaridade geográfica**. A indisponibilidade de uma ambulância, mesmo que por um período curto, pode ter impactos severos na garantia do direito à saúde e na segurança pública, gerando riscos à vida dos indivíduos e comprometendo a ordem no sistema penitenciário, em desacordo com os objetivos da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP).

O transporte de veículos adaptados com tamanha especialização por longas distâncias para centros de manutenção centralizados seria logisticamente complexo, excessivamente oneroso e, principalmente, resultaria em longos períodos de inoperacionalidade inaceitáveis para um bem tão crítico.

Assim, a exigência de que o fornecedor, por meio do fabricante/montadora ou de sua rede de concessionárias e/ou representantes legalmente estabelecidos, possua capacidade de prestar serviço de assistência técnica (preventiva ou corretiva) em, no mínimo, **cada uma das capitais dos estados da Federação que compõem as regiões Nordeste, Norte, Sudeste, Sul e Centro-oeste** (conforme item 5.15 do Termo de Referência) é considerada uma condição essencial e proporcional. Tal requisito visa garantir a continuidade e a efetividade do serviço público essencial, a mitigação de riscos operacionais e a otimização da aplicação dos recursos públicos em uma rede de atendimento dispersa, não caracterizando restrição indevida à competitividade, mas uma salvaguarda para a plena execução contratual e atendimento do interesse público.

5. Levantamento de Mercado

Foi utilizado parâmetros oriundos de Estudo CGGESP (19306697) realizou a análise das diversas possibilidades no mercado para as contratações do plano anual de aquisição de veículos. Constatou-se que a aquisição de veículos, no contexto da SENAPPEN, se mostra mais vantajosa em relação à locação, perfazendo economicidade no percentual de 180%.

Soma-se ao fato a pretensão de doação aos entes federativos par fomento da política assistencial no âmbito da saúde, inviabilizando a possibilidade de locação, uma vez que trata-se de aquisição em caráter definitivo.

Os furgões possuem ampla gama de fabricantes, e diversos implementadores e transformadores, tornando possível alta concorrência para este prego.

Não localizamos ata de registro de preços vigentes, com possibilidade de adesão deste órgão.

Os itens são considerados bens comuns.

O registro de preços se baseia no Art. 3º do DECRETO Nº 7.892, DE 23 DE JANEIRO DE 2013, qual seja:

III - quando for conveniente a aquisição de bens ou a contratação de serviços para atendimento a mais de um órgão ou entidade, ou a programas de governo.

6. Descrição da solução como um todo

O veículo tipo ambulância irá considerar as especificações descritas nas normas da ABNT – NBR 14561/2000, de julho de 2000, aplicável a definição de veículos de atendimento pré hospitalar móvel terrestre com adaptações pertinentes a condição de indivíduos privados de liberdade.

Passamos a denominar o objeto deste ETP como **AMBULANCIA Tipo B - Veículo para transporte de pessoas privadas de liberdade.**

Condições Gerais:

Veículo especial adaptado para AMBULÂNCIA, para transporte de pessoas privadas de liberdade, do tipo furgão, porta traseira original do veículo composta de 02 (duas) folhas pivotantes e porta lateral corrediça. Capacidade volumétrica desejável a partir de 8m³, para transporte de 05 (cinco) pessoas, sendo 02 (dois) agentes de escoltas, 01 (um) motorista, 01 (um) profissional de saúde e 01 (um) paciente privado de liberdade. 0 (zero) km (primeiro uso) fabricado há, no máximo, 06 (seis) meses, com todos os acessórios mínimos obrigatórios conforme a legislação em vigor. Ar condicionado na parte dianteira (motorista, carona) e traseira paciente (detento) e equipe de saúde/escolta.

Considerando os parâmetros utilizados para ambulância do tipo B é um veículo especialmente projetado e equipado para o transporte seguro de pacientes que não requerem cuidados médicos intensivos durante o trajeto, seguem especificações básicas desejáveis a serem contempladas:

1. Cor: branca Motor Potência: Mínima de 130 cv; Combustível: Diesel; Tração: Dianteira / traseira; Direção: Hidráulica, eletro-hidráulica ou elétrica; Capacidade de carga: Mínima de 1250 kg; Cambio: Manual (Mínimo 05 marchas à frente e 01 à ré), ou automático (convencional ou tipo CVT).
2. Piso: Deverá ser resistente a tráfego pesado, revestido com material tipo vinil ou similar em cor clara, de alta resistência, lavável, impermeável, antiderrapante mesmo quando molhado. Sua colocação deverá ser feita nos cantos de armários, bancos, paredes e rodapés, de maneira continuada até no mínimo 10 cm de altura destes para evitar frestas. Sem emendas ou com emendas fundidas com o próprio material, instalado sobre piso de madeira compensado naval, com aproximadamente 15 mm de espessura, ou sobre material de mesma resistência e durabilidade ou superior que o compensado naval. Deverão ser fornecidas proteções em aço inoxidável nos locais de descanso das rodas da maca no piso e nos locais (para-choque e soleira da porta traseira), onde os pés da maca passam, para proteção de todos estes elementos.
3. Paredes: As paredes internas e o teto deverão ser revestidas de material lavável e resistente aos processos de limpeza e desinfecção comuns às superfícies hospitalares podendo ser em compensado naval revestido com placas de PRFV (plástico reforçado com fibra de vidro) laminadas, ou PRFV com espessura mínima de 3mm moldada conforme geometria do veículo ou Acrilonitrila Butadieno Estireno (ABS) com espessura mínima de 3mm, com a proteção antimicrobiana, tornando sua superfície bacteriostática, ou seja, as superfícies devem ter tecnologia na inibição de microrganismos, e todos materiais devem estar em conformidade com a resolução do Contran. As caixas de rodas se expostas deverão possuir revestimento conforme descrito acima.
4. Carroceria: o revestimento interno entre as chapas (metálica externa e laminado - interna) será em poliestireno extrudado, ou em material com características termo, acústicas e de inflamabilidade iguais ou superiores, com espessura de até 4 cm conforme o veículo permitir, com finalidade de isolamento termo acústico, não devendo ser utilizado para este fim isopor.
5. Porta grade na traseira com 02 (duas) folhas assimétricas, com a maior à esquerda para saída da maca, coluna central reforçada com travas para cadeado, construída em tubo de aço quadrado com dimensões aproximadas de 30 x 20, parede 1,5 mm, revestida em chapa de aço # 18 perfurada com furos oblongos.
6. Porta grade corrediça na porta lateral, reforçada, com travas para cadeado, com acionamento no interior da cabine, construída em tubo de aço quadrado de aproximadamente 30 x 20, parede 1,5 mm, revestida em chapa de aço # 18 perfurada com furos oblongos.
7. Janela de comunicação na divisória com vidro deslizante opaco com abertura pela cabine e grade de proteção em perfis de aço trefilado no lado do compartimento traseiro, a divisória original deverá ser reforçada ou trocada por uma mais robusta, visando atender as particularidades do uso do veículo.
8. Janelas nas laterais com vidro deslizante opaco pelo lado externo e grade de proteção em perfis de aço trefilado na parte interna.
9. Vidros fixos nas portas traseiras, opaco, protegido com chapa de aço perfurada, furos oblongos; na parte interna. Todo o material metálico deverá ser pintado na cor cinza e devidamente preparado e protegido contra corrosão.
10. Ar Condicionado mínimo de 26.000 BTU's no compartimento dianteiro e traseiro com unidade condensadora no teto, original do fabricante do chassi ou homologado pela fábrica, contando com um sistema de Ar Condicionado quente/frio e ventilação nos termos do item 5.12 da NBR 14.561

Equipamentos/mobiliário:

- A ambulância deverá ser equipada com barra lateral de contenção fixada à carroceria no lado direito do compartimento de atendimento, confeccionada em aço tubular com tratamento anticorrosivo, fixação estrutural reforçada e acabamento que impeça arestas ou superfícies cortantes, posicionada em altura ergonômica que não interfira na movimentação da equipe de saúde nem no deslocamento da maca.
- 01 maca retrátil estrutura em alumínio; com colchonete em espuma revestida em courvin, instalada longitudinalmente no salão de atendimento; com no mínimo 1.900 mm de comprimento, com a cabeceira voltada para frente do veículo; com pés dobráveis, sistema

escamoteável, provida de rodízios confeccionados em materiais resistentes a oxidação, com pneus de borracha maciça e sistema de freios; com trava de segurança para evitar o fechamento involuntário das pernas da maca quando na posição estendida, projetada de forma a permitir a rápida retirada e inserção da vítima no compartimento da ambulância cela, com a utilização de um sistema de retração dos pés acionado pelo próprio impulso da maca para dentro e para fora do compartimento, podendo ser manuseada por apenas uma pessoa. Deverá ser adaptada com barra lateral própria, integrada à sua estrutura, em altura baixa e posicionamento lateral, destinada exclusivamente à eventual fixação de algemas quando estritamente necessário, sem comprometer a integridade física do paciente custodiado ou prejudicar procedimentos médicos. A maca deverá ainda possuir cintas de contenção ajustáveis e removíveis, com sistema de engate rápido e resistência compatível com uso hospitalar, permitindo imobilização segura quando clinicamente indicada. Deve ser provida de sistema de elevação do tronco do paciente em pelo menos 45 graus e suportar neste item peso mínimo de 100 kg. Todas as adaptações deverão preservar a funcionalidade integral da Ambulância Tipo B, obedecer às normas da ABNT NBR 14561 (ou superveniente), Portaria MS nº 2048/2002 e demais regulamentos aplicáveis, não podendo caracterizar compartimentação segregada ou configuração assemelhada a cela.

- 01 (um) banco baú com assento e encosto estofado, para 02 (duas) pessoas, construído em compensado naval de espessura aproximada de 15 mm, revestido em fórmica branca texturizada com 02 (dois) cintos de segurança de 02 (dois) pontos;
- 01 (um) banco giratório com estrutura tubular, instalada na cabeceira da maca, voltada para a traseira do veículo, com encosto e apoio de cabeça estofada em courvin na cor preta e cinto de segurança retrátil;
- 03 (três) luminárias a LED, com no mínimo 100 LEDs, com fluxo mínimo de 1000Lm e ângulo de abertura de 120 ° (categoria alto brilho), embutidas no teto; com acionamento pela cabine do motorista;
- 01 (um) armário fixado na parte superior para medicamentos, construída em compensado naval revestido em fórmica branca texturizada; com cantos arredondados;
- Régua tripla com fluxômetro, umidificador para O2 e aspirador tipo venturi, com roscas padrão ABNT;
- 01 (um) cilindro de oxigênio, suporte para cilindro individual, com cintas reguláveis e mecanismo confiável resistente a vibrações, trepidações e/ou capotamentos, possibilitando receber cilindros de capacidades diferentes, equipado com válvula pré-regulada para 3,5 a 4,0 kgf/cm²;
- 02 (dois) suportes de soro/plasma deslizável, devendo possuir 02 ganchos para frascos de soro;
- 02 (dois) pega-mão no teto do salão de atendimento confeccionado em alumínio de no mínimo 1 polegada;
- Revestimento dos bancos da cabine em courvin com reforços na região dos cintos e armas.
- Console de teto ou opcionalmente instalado em local próprio no painel, para rádio e amplificador do sinalizador.
- Farol localizador móvel, com no mínimo 6 LEDs de no mínimo 1 W, compacto e selado, com conjunto ótico em plástico de engenharia com resistência automotiva e alta visibilidade na cor cristal, em formato circular com lentes de no mínimo 80 mm de diâmetro e corpo metálico. Especificações: Cor Cristal: temperatura de cor de 6000°K típico; Capacidade luminosa mínima: 1000 Lumens (típica para cada farol), para ligação na tomada do acendedor com fio liso de 5 metros.

Kit APH obrigatório, obrigatoriamente composto por:

- 01 capa protetora para acondicionamento do Kit;
- 01 Prancha longa em polietileno;
- 01 Imobilizador de cabeça adulto;
- 01 Ambu Adulto Completo: Reanimador manual com Reservatório e Mascara facial de borracha adulto, válvula para Reservatório de Oxigênio, extensão para Oxigênio 2 metros, adaptador Diverter e válvula De Peep 5-20cmH₂O;
- 01 Conjunto de 3 cintos de engate rápido (Amarelo, Vermelho e Preto);
- 01 Jogo de tala aramada em borracha tipo E.V.A. com 4 tamanhos (PP, P, M e G);
- 01 Colar cervical P , 1 Colar cervical M, 11 Colar cervical G e 1 Colar Cervical GG;
- **01 KIT ESTETOSCÓPIO COM ESFIGMOMANÔMETRO ADULTO**

Kit destinado à aferição manual da pressão arterial e ausculta clínica, composto por esfigmomanômetro aneróide e estetoscópio adulto, adequado para uso em ambientes hospitalares, ambulatoriais ou atendimento pré-hospitalar.

1. COMPOSIÇÃO DO KIT

O kit deverá conter, no mínimo:

- 01 esfigmomanômetro aneróide adulto
- 01 estetoscópio adulto
- 01 estojo ou bolsa para transporte e acondicionamento

2. ESFIGMOMANÔMETRO

O esfigmomanômetro deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

Braçadeira

- Confeccionada em **tecido resistente, preferencialmente nylon ou material equivalente;**
- Material flexível e antialérgico;
- Sistema de fechamento por **velcro ou mecanismo equivalente;**
- Dimensões aproximadas compatíveis com uso adulto;
- Circunferência de braço aproximada entre **18 cm e 36 cm.**

Manguito

- Confeccionado em **borracha ou material sintético equivalente;**
- Estrutura resistente e durável;
- Sistema de insuflação por pera com válvula de controle de ar.

Manômetro

- Tipo **aneróide;**
- Escala de medição mínima de **0 a 300 mmHg;**
- Mostrador com fácil visualização e leitura.

3. ESTETOSCÓPIO

O estetoscópio deverá apresentar, no mínimo:

- Estrutura metálica ou material de alta resistência;
- Auscultador duplo para ausculta clínica;
- Olivas macias e anatômicas;
- Tubo flexível e resistente;
- Uso destinado a pacientes adultos.

4. CERTIFICAÇÃO E QUALIDADE

O equipamento deverá:

- Possuir **certificação ou aprovação do INMETRO**, quando aplicável;

- Atender às normas técnicas vigentes para equipamentos de aferição de pressão arterial;
- Ser fornecido com manual ou instruções básicas de uso em português.

5. ESTOJO OU BOLSA DE TRANSPORTE

O kit deverá acompanhar:

- Estojo ou bolsa de transporte;
- Material resistente;
- Capacidade de acondicionar e proteger os componentes do kit durante transporte.

- 01 OXÍMETRO DE PULSO PORTÁTIL

Equipamento portátil de monitoramento não invasivo destinado à medição da saturação periférica de oxigênio no sangue (SpO) e da frequência cardíaca (pulso), indicado para utilização em atendimentos clínicos, hospitalares e pré-hospitalares, inclusive em ambulâncias de suporte básico ou avançado.

O equipamento deverá possuir estrutura compacta, leve, resistente e adequada para uso em ambientes móveis.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

O oxímetro deverá apresentar, no mínimo, as seguintes características:

- Equipamento portátil, compacto e de fácil operação;
- Estrutura resistente para uso em ambientes móveis e atendimento pré-hospitalar;
- Peso reduzido e fácil transporte;
- Operação simples, com acionamento por botão ou sistema equivalente.

2. PARÂMETROS DE MONITORAMENTO

Saturação de Oxigênio (SpO)

- Faixa de medição: **0% a 100%**;
- Precisão aproximada: **±2% na faixa de 70% a 100% de SpO**;
- Resolução mínima: **1%**.

Frequência Cardíaca (Pulso)

- Faixa de medição: **25 a 250 batimentos por minuto (bpm)** ou superior;
- Precisão aproximada: **±2 bpm ou ±2% (o que for maior)**;
- Resolução mínima: **1 bpm**.

3. VISUALIZAÇÃO DOS DADOS

O equipamento deverá possuir:

- Visor digital em tecnologia **LCD, OLED ou equivalente**;
- Dígitos de fácil leitura;
- Ajuste de brilho ou tecnologia que permita visualização adequada em diferentes condições de iluminação;
- Exibição simultânea de:

- Saturação de oxigênio (SpO)
- Frequência cardíaca (pulso)

Poderá apresentar também:

- Indicador gráfico de pulso;
- Curva pletismográfica, quando disponível.

4. SENSOR

O equipamento deverá ser fornecido com:

- Sensor reutilizável tipo **clip (dedo)** ou tecnologia equivalente;
- Compatível com uso adulto;
- Possibilidade de utilização de sensores adicionais compatíveis.

5. ALIMENTAÇÃO

O equipamento deverá possuir:

- Alimentação por **pilhas ou bateria recarregável**;
- Indicador de nível de bateria;
- Sistema de desligamento automático após período de inatividade, para economia de energia.

6. REQUISITOS REGULATÓRIOS

O equipamento ofertado deverá:

- Possuir **registro ou cadastro na ANVISA**, quando aplicável;
- Atender às normas sanitárias e técnicas vigentes no Brasil para equipamentos médicos;
- Ser fornecido com **manual de operação em língua portuguesa**.

- DESFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO (DEA)

Equipamento portátil destinado à análise automática do ritmo cardíaco e aplicação de choque elétrico terapêutico em pacientes com parada cardiorrespiratória, indicado para uso em atendimento pré-hospitalar e em ambulâncias de suporte básico de vida.

Deverá possuir **registro ou cadastro ativo na ANVISA**, conforme legislação sanitária vigente, e atender às normas técnicas aplicáveis a equipamentos eletromédicos.

Características Gerais

Equipamento **portátil, compacto, robusto e de fácil operação**, adequado para utilização em ambiente pré-hospitalar móvel.

Deverá possuir **funcionamento automático ou semiautomático**, com sistema de análise automática do eletrocardiograma (ECG) capaz de identificar ritmos chocáveis, incluindo:

- fibrilação ventricular (FV);
- taquicardia ventricular sem pulso (TV).

O equipamento deverá fornecer **instruções ao usuário por meio de comandos de voz em português e indicações visuais**, orientando todas as etapas do atendimento.

Assistência à Ressuscitação Cardiopulmonar (RCP)

O equipamento deverá possuir sistema de auxílio à RCP, incluindo:

- indicação sonora ou visual de ritmo de compressões torácicas (metrônomo);
- orientação ao socorrista durante as etapas do atendimento.

Será admitida tecnologia adicional de **feedback de compressão torácica**, integrada ou acessório opcional do equipamento.

Energia de Desfibrilação

Forma de onda: **bifásica exponencial truncada ou tecnologia equivalente clinicamente validada**.

Energia configurável para desfibrilação em pacientes adultos, com níveis típicos entre:

150 a 360 Joules, conforme protocolo clínico do fabricante.

Modo pediátrico disponível por:

- chave seletora no equipamento;
- eletrodos pediátricos específicos;
- ou sistema eletrônico equivalente.

Energia máxima pediátrica aproximada de **50 Joules ou equivalente terapêutico**.

Tempo máximo de carga para energia intermediária (aprox. 150–200 J): **até 10 segundos**.

Interface Operacional

O equipamento deverá possuir **display digital integrado**, em tecnologia LCD, LED, TFT ou equivalente, permitindo adequada visualização das informações operacionais.

O display deverá apresentar, no mínimo:

- instruções operacionais ao usuário;
- nível de carga da bateria;
- status do equipamento;
- cronômetro ou tempo de atendimento;
- eventos de desfibrilação realizados.

Não será exigido tamanho específico de tela ou características construtivas que restrinjam modelos.

Análise e Monitorização

Sistema automático de análise do ECG, com detecção de complexos QRS e identificação de ritmos chocáveis.

O equipamento poderá apresentar no display:

- frequência cardíaca;
- curva ou indicação gráfica de ECG, quando disponível.

Eletrodos

O equipamento deverá operar com **eletrodos adesivos descartáveis para desfibrilação**, com cabo integrado ou conector dedicado.

Deverá acompanhar:

- **01 par de eletrodos adulto**
- **01 par de eletrodos pediátricos ou sistema equivalente de redução de energia**

Os eletrodos deverão ser de fácil conexão e possuir identificação clara de posicionamento.

Armazenamento de Dados

O equipamento deverá possuir **memória interna para registro de eventos clínicos**, permitindo armazenamento de dados como:

- eventos de desfibrilação;
- registros de ECG;
- data e hora dos atendimentos;
- informações do atendimento.

Capacidade mínima para registro de eventos clínicos conforme padrão do fabricante.

Transferência e Análise de Dados

O equipamento deverá permitir **transferência dos dados para computador ou sistema externo**, por meio de interface de comunicação como:

- USB;
- cartão de memória;
- comunicação sem fio;
- ou tecnologia equivalente do fabricante.

Deverá possuir **software ou sistema compatível para análise dos dados do atendimento**, permitindo visualização de eventos registrados e geração de relatórios clínicos.

Não será exigido software ou sistema de marca específica.

Alimentação e Bateria

O equipamento deverá possuir **bateria recarregável interna ou sistema equivalente de alimentação portátil**, com autonomia mínima para:

- **100 choques em energia máxima**, ou
- autonomia equivalente conforme especificação do fabricante.

Deverá possuir **indicador de nível de bateria**.

Tempo máximo de recarga completa da bateria: **até 6 horas**.

Autoteste e Segurança

O equipamento deverá possuir **sistema automático de autoteste**, verificando periodicamente:

- funcionamento eletrônico;
- integridade da bateria;
- circuitos internos;

- disponibilidade operacional.

Deverá possuir **indicador visual ou sonoro de prontidão operacional**.

Deverá possuir sistema de **descarga interna automática da energia** caso o choque não seja aplicado após carregamento.

Estrutura e Resistência

Gabinete construído em **material de alta resistência (polímero ou equivalente)** adequado ao uso em ambiente pré-hospitalar.

Grau mínimo de proteção contra poeira e respingos:

IP55 ou superior.

O equipamento deverá ser resistente a vibrações e impactos compatíveis com uso em ambulâncias.

Condições Ambientais de Operação

Temperatura de operação aproximada:

0°C a 50°C

Umidade relativa do ar:

até 95% sem condensação.

Acessórios mínimos

O equipamento deverá ser fornecido com, no mínimo:

- bolsa ou maleta para transporte;
- bateria recarregável;
- carregador de bateria;
- par de eletrodos adulto;
- par de eletrodos pediátrico;
- manual de operação em português.

- KIT GLICOSÍMETRO COM TIRAS E LANCETAS

Kit composto por medidor portátil de glicose sanguínea (glicosímetro), acompanhado de tiras reagentes e lancetas estéreis descartáveis, destinado à aferição rápida da glicemia capilar em pacientes adultos, pediátricos ou neonatais, podendo ser utilizado em ambiente hospitalar, ambulatorial ou em atendimento pré-hospitalar.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS DO EQUIPAMENTO

O glicosímetro deverá possuir, no mínimo, as seguintes características:

- Equipamento portátil, compacto e de fácil operação;
- Estrutura resistente para utilização em ambientes móveis ou de atendimento pré-hospitalar;
- Design leve e ergonômico;
- Display digital para visualização clara dos resultados;
- Sistema automático de leitura por tiras reagentes específicas.

2. DESEMPENHO E TEMPO DE LEITURA

O equipamento deverá apresentar:

- Tempo de leitura do resultado **inferior ou igual a 10 segundos**;
- Necessidade de pequeno volume de sangue para análise, preferencialmente **inferior a 1 microlitro (µL)**;
- Faixa de medição de glicose que contemple valores clinicamente relevantes, preferencialmente entre **20 mg/dL e 600 mg/dL ou superior**.

3. ALIMENTAÇÃO

O equipamento deverá possuir:

- Alimentação por bateria ou pilhas;
- Autonomia compatível com uso contínuo em campo;
- Indicação visual de **nível baixo de bateria**;
- Possibilidade de substituição simples da bateria ou pilhas.

4. KIT DE INSUMOS

O kit deverá ser fornecido com:

- **01 (um) glicosímetro**;
- **No mínimo 100 tiras reagentes compatíveis com o equipamento**;
- **No mínimo 100 lancetas estéreis descartáveis**.

5. LANCETAS

As lancetas deverão possuir, no mínimo:

- Uso único e descartável;
- Esterilização de fábrica;
- Compatibilidade com dispositivo de punção capilar.

6. ESTOJO DE TRANSPORTE

O kit deverá acompanhar:

- Estojo ou maleta de transporte;
- Estrutura resistente;
- Compartimentos para acondicionamento do glicosímetro, tiras, lancetas e acessórios;
- Proteção contra impactos durante transporte.

7. REQUISITOS REGULATÓRIOS

O equipamento e os insumos deverão:

- Possuir **registro ativo na ANVISA**, quando aplicável;

- Atender às normas sanitárias e técnicas vigentes para dispositivos médicos;
- Ser fornecidos com **manual de operação em língua portuguesa**.

- 01 TERMÔMETRO DIGITAL CLÍNICO

Termômetro digital destinado à medição da temperatura corporal humana, indicado para utilização em atendimentos clínicos, ambulatoriais, hospitalares ou pré-hospitalares, inclusive em ambulâncias e unidades de atendimento móvel.

O equipamento deverá possuir operação simples, leitura rápida e visor digital de fácil visualização.

1. CARACTERÍSTICAS GERAIS

O termômetro deverá apresentar, no mínimo, as seguintes características:

- Equipamento digital portátil e de fácil operação;
- Indicado para medição de **temperatura corporal**;
- Estrutura compacta e resistente para uso em ambiente clínico ou pré-hospitalar.

2. FAIXA DE MEDIÇÃO

O equipamento deverá possuir:

- Faixa de medição aproximada de **32°C a 42°C**, ou faixa equivalente adequada para medição de temperatura corporal;
- Possibilidade de visualização em **graus Celsius (°C)** ou Fahrenheit (°F), quando disponível.

3. PRECISÃO E RESOLUÇÃO

- Precisão aproximada de **±0,1°C** na faixa de operação;
- Resolução mínima de **0,1°C**.

4. VISOR

O equipamento deverá possuir:

- Visor digital em **LCD (Liquid Crystal Display)** ou tecnologia equivalente;
- Exibição clara e legível da temperatura medida.

5. ALERTAS E FUNCIONALIDADES

O termômetro deverá possuir:

- **Alarme sonoro** para indicação de conclusão da medição ou alerta de temperatura;
- Sistema de **desligamento automático** após período de inatividade para economia de energia.

6. ALIMENTAÇÃO

- Alimentação por **bateria interna ou pilha substituível**;
- Indicador de funcionamento adequado do equipamento.

7. REQUISITOS REGULATÓRIOS

O equipamento deverá:

- Possuir **registro ou cadastro na ANVISA**, quando aplicável;
- Atender às normas sanitárias vigentes para equipamentos médicos;
- Ser fornecido com **manual de uso em língua portuguesa**.

- MONITOR MULTIPARÂMETRO DE SINAIS VITAIS

Monitor multiparâmetro destinado ao monitoramento contínuo de sinais vitais de pacientes adultos, pediátricos e neonatais, adequado para uso hospitalar e/ou pré-hospitalar, com capacidade de monitorização simultânea de múltiplos parâmetros fisiológicos.

O equipamento deverá possuir arquitetura modular ou integrada e permitir expansão de parâmetros clínicos conforme necessidade assistencial.

1. CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS DO EQUIPAMENTO

O monitor deverá apresentar, no mínimo, as seguintes características:

- Tela colorida LCD ou TFT com tamanho mínimo de **14 polegadas**;
- Interface gráfica amigável e de fácil operação;
- Possibilidade de visualização simultânea de múltiplos parâmetros e curvas;
- Possibilidade de operação para **pacientes adultos, pediátricos e neonatais**;
- Sistema de alarmes audiovisuais configuráveis com no mínimo **03 níveis de prioridade**;
- Registro e armazenamento de tendências e eventos;
- Capacidade de integração com rede hospitalar ou central de monitoramento.

2. PARÂMETROS MÍNIMOS DE MONITORAMENTO

O equipamento deverá possuir capacidade de monitorar, no mínimo, os seguintes parâmetros:

2.1 ECG – Eletrocardiograma

- Faixa dinâmica de entrada aproximada: $\pm 0,5$ mVp a ± 5 mVp;
- Impedância de entrada mínima de 10 M Ω ;
- Largura de banda:
 - modo diagnóstico: 0,05 – 150 Hz
 - modo monitoramento: 0,5 – 40 Hz
- Faixa de frequência cardíaca: 15 a 350 bpm;
- Precisão: $\pm 1\%$ ou ± 1 bpm;
- Detecção de marcapasso;
- Proteção contra descarga de desfibrilador;
- Análise de arritmias;
- Monitorização de ST, QT e QTc.

2.2 RESP – Respiração

- Método de medição por **impedância torácica**;
- Faixa de medição aproximada: **0 a 150 respirações por minuto**;
- Resolução mínima de **1 rpm**.

2.3 SpO2 – Oximetria de Pulso

- Método óptico de duplo comprimento de onda ou tecnologia equivalente;
- Faixa de medição: **0% a 100%**;
- Precisão: aproximadamente $\pm 2\%$ para faixa de 70% a 100%;
- Faixa de frequência de pulso: **0 a 300 bpm**;
- Capacidade de operação em condições de baixa perfusão.

2.4 PNI – Pressão Não Invasiva

- Método oscilométrico;
- Faixa de medição: **0 a 300 mmHg**;
- Precisão aproximada: ± 3 mmHg;
- Modos de medição:
 - Manual
 - Automático
 - STAT
 - Multiciclo
- Intervalo de automedicação entre **1 e 480 minutos**.

2.5 Temperatura

- No mínimo **02 canais de temperatura**;
- Faixa de medição aproximada: **0°C a 50°C**;
- Precisão aproximada: **$\pm 0,1^\circ\text{C}$** .

3. PARÂMETROS ADICIONAIS

O equipamento deverá permitir a inclusão ou possuir capacidade para os seguintes módulos ou parâmetros adicionais:

- Capnografia (EtCO₂);
- Pressão invasiva (IBP ou PI);
- Débito cardíaco;
- Monitoramento do estado cerebral;
- Monitoramento de gases anestésicos.

Esses recursos poderão ser fornecidos **integrados ao equipamento ou através de módulos adicionais**.

4. CONECTIVIDADE E COMUNICAÇÃO

O equipamento deverá possuir, no mínimo:

- Porta **USB**;
- Porta **Ethernet (RJ45)**;
- Capacidade de integração com sistema de informação hospitalar;
- Protocolo de comunicação hospitalar padrão (ex.: HL7 ou equivalente);
- Possibilidade de conexão com **central de monitoramento**.

5. ALIMENTAÇÃO ELÉTRICA

- Alimentação elétrica bivolt automático **100V – 240V / 50–60 Hz**;
- Bateria interna recarregável;
- Autonomia mínima aproximada de **05 horas** de funcionamento.

6. ALARMES

O equipamento deverá possuir:

- Alarmes audiovisuais configuráveis;
- Diferentes níveis de prioridade para alarmes clínicos;
- Ajuste de limites máximos e mínimos para cada parâmetro monitorado.

7. ACESSÓRIOS MÍNIMOS

O equipamento deverá ser fornecido com os seguintes acessórios mínimos:

- Cabo de ECG;
- Sensor de oximetria de pulso;
- Manguito para pressão não invasiva;
- Sensor de temperatura;
- Cabos e conexões necessárias para funcionamento do equipamento;
- Suporte móvel com rodízios ou suporte de fixação;
- Manual de operação em português.

8. REQUISITOS REGULATÓRIOS

O equipamento ofertado deverá:

- Possuir **registro ativo na ANVISA**;
- Atender às normas técnicas brasileiras aplicáveis a equipamentos eletromédicos;
- Ser fornecido com **garantia mínima de 12 meses**.

Captação de imagem e som:

Vídeo monitoramento e captura de som no interior da carroceria com vídeo monitor na cabine frontal do motorista.

Rádio Transceptor:

Rádio digital transceptor móvel, com montagem de: antena, com cabo, chicote de alimentação, cinta metálica de fixação do rádio e alto falante externo.,

Sinalizador Visual Principal:

Barra sinalizadora em formato linear, com múltiplos segmentos, com comprimento total entre 900 mm e 1400 mm, largura entre 250 mm e 350 mm e altura (cúpula e base, não considerar o suporte) entre 55 mm e 80 mm.

Com no mínimo 14 módulos de LEDs, distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir total visualização, sem que haja pontos cegos de luminosidade, desde que o “design” do veículo permita. O sistema deve possuir gerenciamento de carga automático, gerenciando a carga da bateria quando o veículo estiver com o motor desligado, desligando o sinalizador se necessário, evitando assim o descarregamento excessivo da bateria e possíveis falhas no acionamento do motor. O sistema possui proteção contra inversão de polaridade, altas variações de tensão e transientes, devendo se desligar, preventivamente, quando a tensão exceder valores não propícios.

Sinalizador Visual Auxiliar:

Módulo selado em formato de arco com saída de luz de 120º e de alta cobertura angular, com lente na cor cristal e base de alumínio resistente, dotado de no mínimo 6 LEDs com potência de no mínimo 1W, alimentação de 12 a 24 Vcc.

Sinalizador Acústico:

Amplificado capaz de entregar no mínimo 100 W RMS de potência operando de 10,8 a 14,8 Vcc, possuir no mínimo 5 tons distintos e pressão sonora a 01 (um) metro de distância de no mínimo 110 dB @ 13,8 Vcc. Sistema de megafone com ajuste de ganho, e potência de no mínimo 40 W RMS, com interligação auxiliar de áudio com o rádio transceptor. Módulo de controle remoto compacto e discreto para controle de sirene e de luzes com botão de acionamento deslizante para acionamento das funções e operação do veículo em pelo menos 3 modos de ativação.

Câmera de Ré:

Deverá estar interligada ao sistema de multimídia do veículo, original de fábrica ou instalada como opcional de fábrica (desde que seja peça genuína do fabricante), admitindo-se adaptação por empresa homologada do fabricante, desde que tal item não seja disponibilizado como original/opcional de fábrica em outra versão do veículo.

Ar Condicionado:

Ar condicionado na parte dianteira (motorista e carona) e traseira (paciente /detento e equipe de saúde/escolta). O veículo deve ser fornecido com sistema de Ar Condicionado reconhecido pelo fabricante do veículo base, de modo que não impacte no funcionamento do veículo e na garantia do mesmo; o “Conjunto Ar Condicionado” deve ter capacidade e eficácia suficiente para prover no mínimo 23° de temperatura interna em qualquer dos ambientes citados (cabine, traseira); Os itens de série previstos na linha de produção do veículo ofertado, mesmo que não exigido e/ou previsto nesta especificação, deverão ser mantidos. Somente poderão ser retirados dos veículos os itens comprovadamente necessários à adaptação dos equipamentos previstos nesta especificação, devidamente justificado formalmente.

Grafismo:

Padrão SENAPPEN.,

Garantias:

Veículo: 12 (doze) meses ou 100 mil Km rodados, o que ocorrer primeiro, ou garantia superior.

Equipamentos adicionais e acessórios exigidos pela Senappen (exemplo: ar condicionado não original, etc.): 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, o que possuir maior duração e nas condições que forem mais vantajosas para a Contratante.

Pintura e carroceria do veículo (defeitos de fabricação), incluindo o grafismo padrão exigido pela Senappen: 12 (doze) meses ou 100 mil km, o que ocorrer primeiro, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, o que possuir maior duração e nas condições que forem mais vantajosas para a Contratante.

Demais peças do veículo, incluindo as peças de acabamento: 12 (doze) meses ou 100 mil km, o que ocorrer primeiro, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, o que possuir maior duração e nas condições que forem mais vantajosas para a Contratante.



Sistema de sinalização acústica e visual: 12 (doze) meses, sem limite de quilometragem, a contar da data da emissão do Termo de Recebimento Definitivo, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, o que possuir maior duração e nas condições que forem mais vantajosas para a Contratante.








Exemplificação:



Imagem ilustrativa

Itens do Kit APH Obrigatório:

Quantidade	Item do Kit APH	Imagem ilustrativa
01	Capa protetora para acondicionamento do Kit	
01	Prancha longa em polietileno	
01	Imobilizador de cabeça adulto	

		
01	Ambu Adulto Completo	
01	Conjunto de 3 cintos de engate rápido (Amarelo, Vermelho e Preto)	
01	Jogo de tala aramada em borracha tipo E.V.A. com 4 tamanhos (PP, P, M e G)	
01 kit	Colar cervical P , Colar cervical M , Colar cervical G e Colar cervical GG	
01 kit	Kit estetoscópio com esfigmomanômetro	
01	Oxímetro de pulso	
01	Desfibrilador Externo Automático	
01		

	Glicosímetro com tiras e lancetas	
01	Termômetro Digital	
01	Monitor de sinais vitais multiparâmetro	

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Em alinhamentos prévios, CGCAP/DIRPP, alinhou-se a proposta para aquisição de 55 unidades de veículos tipo ambulância, em contraponto ao quantitativo apontado no levantamento de demanda intitulado “Compilação de Levantamento das Necessidades – AMBU” (30196405), integrante do processo nº 08016.026610/2024-51 e levantamento Despacho 2612 (31875930). Importa destacar que os apontamentos realizados pelos entes federativos não se respaldam em estudos técnicos, de maneira que refletem frequentemente dados superestimados. Ademais, há o fato de estados sem apresentação de respostas, que não reflete necessariamente a ausência de necessidade de recebimento do bem.

Memória de Cálculo:

Na busca por parâmetros populacionais, aferimos que a OMS estabelece critérios para cobertura de ambulâncias SAMU na proporção de 01 ambulância a cada 150.000 habitantes. Considerando a impossibilidade de aplicar tal parâmetro diante das discrepantes quantidades de população prisional dos entes federativos, foi traçado parâmetro de distribuição pelo número de estabelecimentos prisionais físicos descrito no SISDEPEN, até o atingimento das 55 unidades disponíveis, conforme estratégia abaixo descrita:

Proporção	Ente Federativo	Número de Veículos a serem doados por Estado
Entes Federativos com até 40 estabelecimentos prisionais	AC , AL, AM, AP, BA, CE, DF, ES ,MS, PB, PI, RN, RR ,SE e TO	01
Entes Federativos com 41 a 80 estabelecimentos prisionais	GO, MA, MT, PA, PE, RJ, RO e SC	02
Entes Federativos com 81 a 120 estabelecimentos prisionais	PR e RS*	03 * (RS não tem interesse)

Entes Federativos com mais de 120 estabelecimentos prisionais	MG e SP**	06 e 07 respectivamente**
Sistema Penitenciário Federal	DF, PR, RN, MS e RO	05

Resta complementar que diante da manifestação de não interesse na doação por parte do estado do RS, foi realizada a **redistribuição das 03 ambulâncias destinadas a este ente para complementação da cota dos estados da Bahia (2) e Pará (1)**, considerando demanda apontada pelos respectivos estados e suas dimensões territoriais.

Como se trata de pretenso registro de preços, passamos a descrever a solução proposta para divisão de regiões geográficas brasileiras, com objetivo de tornar atrativo aos licitantes, evitando desinteresse por menor quantidade ou dificuldades logísticas de determinadas regiões.

Território	Ente Federativo	Quantidade mensurada
Região Norte	Amazonas (AM)	1
	Pará (PA)	3*
	Acre (AC)	1
	Rondônia (RO)	2 + 1*
	Tocantins (TO)	1
	Amapá (AP)	1
	Roraima (RR)	1
Região Nordeste	Maranhão (MA)	2
	Piauí (PI)	1
	Ceará (CE)	1
	Rio Grande do Norte (RN)	1 +1*
	Paraíba (PB)	1
	Pernambuco (PE)	2
	Alagoas (AL)	1

	Sergipe (SE)	1
	Bahia (BA)	3*
Região Centro Oeste	Mato Grosso (MT)	2
	Goiás (GO)	2
	Mato Grosso do Sul (MS)	1 + 1*
	Distrito Federal (DF)	1 + 1*
Região Sudeste	Minas Gerais (MG)	6
	Espírito Santo (ES)	1
	São Paulo (SP)	7
	Rio de Janeiro (RJ)	2
Região Sul	Paraná (PR)	3 + 1*
	Santa Catarina (SC)	2
	Rio Grande do Sul (RS)	0*
Total		55

Para o registro no sistema comprasnet, sabemos que é necessário distribuir o quantitativo por unidade federativa. No entanto, as compras futuras podem refletir outra realidade. Assim, para evitar que a demanda não reflita os quantitativos cadastrados, foi buscada uma proporção mínima de 01 veículo por unidade federativa, a exceção dos estados do RS que se manifestou formalmente pelo **não interesse** no recebimento e acrescida em destaque a destinação de 05 veículos a serem destinados às Unidades Prisionais Federais.

É necessário deixar claro que a quantidade registrada em cada região pode ser alterada dentro dos estados que fazem parte desta região. Outras alterações que envolvam entrega em outros estados que não fazem parte do grupo só serão permitidas no caso de esgotamento dos itens da região pretendida, e de comum acordo com a licitante vencedora.

PERMISSÃO DE FUTURAS ADESÕES

Entendemos a importância da permissão de adesão de interessados não participantes em atas com caráter nacional, especialmente em contextos nos quais os estados enfrentam desafios para prever suas necessidades orçamentárias com antecedência.

Essa flexibilidade é fundamental para garantir que as entidades governamentais possam atender às demandas em constante mudança, causadas por fatores imprevisíveis e incertezas econômicas e políticas.

Permitir a adesão de interessados não participantes a essas atas oferece vantagens, como:

Flexibilidade: As entidades podem aderir à ata quando surge a necessidade, sem depender de previsões orçamentárias rígidas.

Resposta a emergências: Em situações de crises econômicas, emergências de saúde pública, desastres naturais, etc., a adesão facilita a obtenção rápida de bens e serviços essenciais.

Aproveitamento de emendas parlamentares: Como mencionado, a previsão de quantitativos para futuras alocações de recursos por meio de emendas parlamentares é uma realidade. A adesão possibilita que as entidades utilizem esses recursos de maneira eficaz, sem necessidade de contratação antecipada.

Economia de tempo e recursos: Evita a necessidade de realizar repetidos procedimentos de licitação, acelerando o processo de aquisição. No entanto, é importante que a adesão seja regulamentada de maneira a garantir a transparência, a competitividade e a equidade no processo, além de assegurar que os interessados não participantes atendam a critérios pré-definidos. Essa abordagem equilibra a necessidade de flexibilidade com a necessidade de controle e responsabilidade na utilização dos recursos públicos.

Em resumo, a permissão de adesão de interessados não participantes em atas com caráter nacional é uma solução sensata para atender às demandas estaduais em constante mudança e garantir o acesso oportuno a bens e serviços essenciais, especialmente em face de incertezas econômicas e políticas.

Justificativa para a Renovação do Quantitativo na Prorrogação da Ata de Registro de Preços

Visando a otimização da gestão e a perenidade da **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP)**, justifica-se a possibilidade de renovação do quantitativo originalmente registrado em caso de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços.

Esta medida se fundamenta na busca por maior eficiência, economicidade e na otimização dos recursos públicos, conforme os princípios da Lei nº 14.133/2021. A possibilidade de renovação do quantitativo é benéfica, pois evita a necessidade de realizar novos processos licitatórios anuais para um mesmo objeto, reduzindo custos operacionais e burocráticos.

Adicionalmente, a previsibilidade de volumes maiores e a continuidade das aquisições, proporcionadas pela renovação do quantitativo, tendem a aumentar a competitividade dos processos licitatórios, atraindo mais fornecedores e propiciando melhores condições comerciais e preços mais vantajosos para a Administração. A flexibilidade para renovar o quantitativo permite que a SENAPPEN e os entes federados mantenham um suprimento contínuo e adequado das **ambulâncias, equipamentos e seus componentes, essenciais para a assistência à saúde das pessoas privadas de liberdade**, sem que haja uma superestimação inicial da demanda que possa frustrar o mercado.

A prorrogação da Ata de Registro de Preços, com a renovação do quantitativo, alinha-se ao princípio da anualidade do planejamento (Art. 40 da Lei nº 14.133/2021), evitando que a Administração projete um consumo de mais de um ano em um único registro, o que poderia distorcer a realidade da demanda anual. A inclusão desta previsão no planejamento da contratação e na Ata de Registro de Preços é crucial para a segurança jurídica e a eficiência do programa, conforme também recomendado pelo *Parecer CONJUR*, seção 2.14 e Anexo VII, no que tange à necessidade de manifestação expressa nos artefatos de planejamento sobre a possibilidade de renovação do quantitativo em prorrogação da Ata.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1,00

O custo estimado da contratação será tornado público apenas e imediatamente após o encerramento do envio de lances.

A não divulgação do orçamento da licitação é fundamentada na necessidade de proteger o interesse público e garantir que os recursos sejam alocados de forma responsável e eficaz. Ao não revelar o valor orçado, os licitantes não serão influenciados pelo valor estimado. Isso assegura que os recursos públicos sejam direcionados para o projeto ou serviço de forma mais eficiente, com o objetivo de obter a melhor relação custo-benefício.

A não divulgação do orçamento estimado promove um ambiente de concorrência mais saudável. Os licitantes competem entre si com base em suas próprias análises de custos e no valor que acreditam ser justo para o serviço ou produto em questão. Isso estimula a criatividade e a busca por soluções mais eficazes e econômicas, em vez de se limitar a igualar ou ficar ligeiramente abaixo do valor orçado. A divulgação do orçamento pode, em alguns casos, incentivar a formação de conluio entre os licitantes, levando a práticas antiéticas ou anticoncorrenciais. Quando os concorrentes conhecem o valor estimado, podem ajustar suas propostas para maximizar seus lucros, em detrimento do interesse público. Ao manter o orçamento em sigilo, o risco de tais comportamentos é reduzido.

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Os objetos não serão parcelados tendo em vista o baixo quantitativo.

O parcelamento acarretaria em perda de economia de escala. O local de entrega dos bens será em Brasília/DF. Haverá previsibilidade de custos, tornando o certame mais atrativo.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há aquisições relacionadas em 2025.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

A previsão da aquisição está incluída no PGC 2026.

Adicionalmente, declara-se que a presente demanda está devidamente contemplada e alinhada com o Plano Diretor de Logística Sustentável (PLS) da SENAPPEN 2023-2027, contribuindo para os objetivos de fortalecimento da infraestrutura de saúde no sistema prisional e observando os critérios de sustentabilidade estabelecidos para a frota veicular, conforme a Portaria SEGES nº 8.678/2021 e IN SEGES nº 58/2022.

Para os fins dos arts. 11, parágrafo único, e 18, § 1º da Lei nº 14.133/2021, informo que o objeto a ser registrado encontra-se compatível com a LDO vigente, não havendo vedação específica à sua realização (art. 18 da Lei nº 15.080, de 30 de dezembro de 2024), e que serão realizadas aquisições nos limites dos saldos orçamentários disponíveis à época da contratação. Ressalto ainda que a cada contratação derivada desta ata será precedida da devida comprovação de existência de dotação orçamentária e nova verificação de compatibilidade com a LDO vigente no momento da aquisição.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A presente aquisição objetiva Aparelhar a SENAPPEN, Estados e Distrito Federal.

A política de doação de **AMBULANCIA - Veículo para transporte de pessoas privadas de liberdade**, está alinhada com as diretrizes da Política Nacional de Assistência Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade - PNAISP, principal alvo das ações da SENAPPEN, por meio da Coordenação Nacional de Saúde, nos termos do Art. 42 da Portaria 199 de 9 de novembro de 2018 - Aprova o Regimento Interno do Departamento Penitenciário Nacional:

Art. 42. À Coordenação de Saúde compete:

I - coordenar ações, planos, projetos e programas que visem à prestação de assistência integral à saúde das pessoas privadas de liberdade e em cumprimento de alternativas penais;

II - apoiar os Estados, o Distrito Federal e Municípios na implementação e o acompanhamento da Política Nacional de Atenção Integral à Pessoa Privada de Liberdade no Sistema Prisional - PNAISP;

III - promover e acompanhar ações de saúde mental das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

IV - promover e acompanhar ações de assistência farmacêutica das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

V - promover e acompanhar as ações do Plano Nacional de Imunização das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

VI - promover e acompanhar o acesso ao Cartão Nacional do Sistema Único de Saúde - SUS das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

VII - apoiar financeiramente o aparelhamento de unidades básicas de saúde e centros de referência à saúde materno-infantil em estabelecimentos prisionais e unidades móveis de atenção à saúde;

VIII - analisar o mérito das propostas, inclusive os pedidos de alteração dos projetos apresentados por Estados, Distrito Federal e Municípios e entidades privadas, voltados à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

IX - apoiar a Coordenação Geral de Gestão de Instrumentos de Repasse no acompanhamento do cumprimento do objeto dos instrumentos de repasse voltados à saúde das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais;

X - monitorar a implementação de projetos voltados à saúde, assegurando o alinhamento com as diretrizes no tema das pessoas privadas de liberdade no sistema prisional, pessoas egressas do sistema prisional e em cumprimento de alternativas penais; e

XI - analisar os dados quantitativos e qualitativos referente às ações temáticas de competência da Coordenação, publicados pelo Departamento Penitenciário Nacional.

Em suma, a aquisição pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública ao sistema penitenciário brasileiro é uma medida que visa garantir o direito à saúde dos custodiados, prevenir mortes e complicações de saúde, reduzir custos de deslocamento, melhorar a agilidade no atendimento, valorizar os profissionais de saúde e fortalecer a segurança nas prisões.

Essa iniciativa representa um passo importante para aprimorar o sistema penitenciário do país e demonstra o compromisso do governo com o respeito aos direitos humanos e a dignidade das pessoas privadas de liberdade.

13. Providências a serem Adotadas

Não se vislumbra providências a serem adotadas pela administração previamente à celebração do contrato.

14. Possíveis Impactos Ambientais

Veículos do tipo furgão movidos a diesel podem ter vários impactos ambientais, tanto durante sua operação quanto ao longo de seu ciclo de vida. Alguns desses impactos incluem:

1. **Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE):** Motores a diesel emitem dióxido de carbono (CO₂), um dos principais gases responsáveis pelo aquecimento global. Além disso, esses motores podem emitir outros gases como óxidos de nitrogênio (NO_x), que contribuem para a formação de smog e chuva ácida.
2. **Poluição do Ar Local:** Motores a diesel emitem partículas finas (PM) e poluentes atmosféricos que podem ter efeitos adversos na qualidade do ar local, afetando a saúde humana e ecossistemas.
3. **Consumo de Recursos Naturais:** A produção e manutenção de veículos a diesel consomem recursos naturais, desde a extração de matérias-primas até a fabricação e descarte.
4. **Poluição Sonora:** Veículos a diesel podem ser mais ruidosos em comparação com veículos elétricos ou híbridos, contribuindo para a poluição sonora em áreas urbanas.
5. **Derramamento de Combustível:** Acidentes, vazamentos ou descarte inadequado de combustível diesel podem resultar em contaminação do solo e da água.
6. **Descarte de Resíduos:** O descarte de veículos no final de sua vida útil pode representar um desafio ambiental, especialmente se não for feito de maneira adequada, levando à acumulação de resíduos.

Para mitigar esses impactos, os veículos especificados são aprovados pelo IBAMA e CONAMA e são aptos a utilizar combustível com menor índice de emissão de poluentes.

A contratada deverá observar as orientações e normas voltadas para a sustentabilidade ambiental, em especial as contidas no art. 6º da Instrução Normativa/SLTI/MPOG nº 01, de 19 de janeiro de 2010, bem como no Guia Nacional de Contratações Públicas.

15. Classificação do Documento

Em atendimento ao Art. 13 da IN SEGES/ME nº 58/2022, foi realizada a avaliação quanto à necessidade de classificação deste Estudo Técnico Preliminar nos termos da Lei nº 12.527, de 2011 (Lei de Acesso à Informação).

Declara-se que, com **exceção das informações referentes à estimativa de valor da contratação**, que possuem caráter sigiloso conforme justificado no item 8 deste documento e no Termo de Referência, o presente Estudo Técnico Preliminar é considerado **público**.

As informações não sigilosas do ETP serão disponibilizadas integralmente como anexo ao Termo de Referência da licitação, garantindo a transparência e o acesso público ao planejamento da contratação.

16. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

16.1. Justificativa da Viabilidade

Após a análise dos elementos técnicos, operacionais, legais e estratégicos que envolvem a presente demanda, conclui-se pela viabilidade da contratação de **55 (cinquenta e cinco) ambulâncias tipo B com cela**, destinadas ao transporte de pessoas privadas de liberdade e equipadas com kit de Atendimento Pré-Hospitalar (APH) e monitor de sinais vitais multiparâmetro, conforme as especificações detalhadas no processo.

Esta contratação apresenta fundamentação legal sólida, alinhando-se com a Lei nº 14.133/2021 e demais regulamentos, e é plenamente compatível com o planejamento institucional, estando incluída no **Plano de Contratações Anual (PCA) 2025** da SENAPPEN. A iniciativa possui correlação direta e essencial com a **Política Nacional de Assistência Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade (PNAISP)**, visando fortalecer o atendimento médico e emergencial no Sistema Prisional, humanizar a execução penal e expandir a estrutura de suporte à saúde, bem como garantir o direito à saúde dos detentos, prevenir mortes, agilizar o atendimento, melhorar as condições de trabalho dos profissionais de saúde e fortalecer a segurança nas prisões.

Os requisitos técnicos e as especificações dos veículos e equipamentos, pautados em normas como a ABNT NBR 14561/2000 e Portaria nº 2048/2002, estão claramente definidos. A demanda foi consolidada a partir de um levantamento minucioso junto às Unidades Federativas e Penitenciárias Federais, resultando na quantificação estratégica de 55 unidades. Os riscos identificados, conforme o Mapa de Riscos elaborado, são considerados administráveis, com medidas de mitigação viáveis já mapeadas no âmbito do processo.

A modelagem de contratação, por meio de **Sistema de Registro de Preços**, é considerada adequada e vantajosa, justificada pela conveniência de atendimento a múltiplos órgãos e programas de governo, permitindo futuras adesões por parte dos Estados. A decisão de não parcelar o objeto, considerando o quantitativo e buscando evitar a perda de economia de escala, aliada à estratégia de distribuição regionalizada, contribui para a atratividade do certame e otimiza a logística de entrega. A não divulgação inicial do orçamento estimado visa promover uma concorrência mais saudável e eficaz.

Dessa forma, o presente Estudo Técnico Preliminar respalda o prosseguimento da instrução processual, com a adoção das providências necessárias para a elaboração do Termo de Referência, realização da pesquisa de preços, elaboração do mapa de riscos e abertura do procedimento licitatório, conforme o fluxo estabelecido no âmbito da SENAPPEN.

17. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Portaria 1198 (32150348)

KLEBER CARLOS MORAIS

Equipe de apoio

Despacho: Portaria 1198 (32150348)

CINTIA RANGEL ASSUMPCAO

Equipe de apoio

Despacho: Portaria 1198 (32150348)

LEONARDO BERNARDES GUERCIO GOUVEIA

Equipe de apoio

Despacho: Portaria 1198 (32150348)

EVANUZITANIO REZENDE NOBREGA

Equipe de apoio

Despacho: Portaria 1198 (32150348)

FRANCISCO HELDER MACEDO PEREIRA

Equipe de apoio

Despacho: Portaria 1198 (32150348)

BRUNA FONSECA SOARES

Equipe de apoio

Despacho: Portaria 1198 (32150348)

FABIANA FERREIRA GOUDINHO

Equipe de apoio